

## MANIFESTO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE 1881.

### Manifest of the Industrial Association of 1881

#### Apresentação

João Miguel Teixeira de GODOY\*

O documento transcrito logo abaixo é um manifesto redigido e divulgado ao público no início de 1881 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil. Originou-se da iniciativa de um grupo de homens de negócios envolvidos com a atividade industrial, que naquele momento ocupava um espaço modesto no quadro geral da economia brasileira. Mas isso não representou, ao que tudo indica, um empecilho no sentido de desencadear um esforço e uma tentativa de união na defesa de seus interesses e na formação de um grupo de pressão dentro do parlamento. Não impediu tampouco de elaborarem demandas específicas do setor, cujo carro chefe concentrava-se nas propostas de revisão da política alfandegária do Governo Imperial. O objetivo era torná-las mais protecionistas com relação à produção industrial interna. Junto com o manifesto também foram criadas a Associação Industrial, que em sua inauguração o manifesto foi lançado, e um periódico denominado “O Industrial”, voltado para a divulgação mais ampla das opiniões e propostas desse grupo.

Quanto ao texto do Manifesto, especificamente, foi redigido por Antonio Felício dos Santos, médico de profissão, natural de Minas Gerais, mas que atuou

profissionalmente no Rio de Janeiro, onde também foi industrial de tecidos e parlamentar por duas legislaturas: 1878-81 1881-84. Foi o primeiro presidente da Associação Industrial.

O documento, assim como a Associação e o próprio periódico, pertencem a um contexto de debates a respeito das conveniências e do caráter do aumento ou diminuição das tarifas cobradas e definidas pelo Estado Imperial sobre as importações de produtos manufaturados e matérias primas pelo mercado brasileiro. O debate sempre envolveu representantes dos principais setores da economia durante o século XIX. Tanto os grupos que se dedicavam ao comércio importador; como também aqueles envolvidos com a atividade industrial; os dirigentes do estado, atentos aos problemas fiscais do Estado e, finalmente, os representantes das atividades agrícolas de exportação, então a principal atividade econômica da nação. Embora o tema sempre fora objeto de discussão, durante todo período imperial, o fato é que se intensificou a partir dos anos de 1870. Essa década terminou com uma elevação geral das tarifas decretada em 1879, o que garantiu relativa proteção à produção industrial interna, embora seu objetivo fosse essencialmente resolver um

\* Professor da Faculdade de História da PUC-Campinas.

problema fiscal do estado<sup>1</sup>. Em meados do ano de 1880, diante da pressão de importadores principalmente, nomeia-se uma comissão para rever os aumentos definidos no ano interior, e um rebaixamento geral das tarifas acaba se efetivando em Dezembro 1881. Mas foi durante o trabalho dessa comissão, entre os meses de abril e maio, que a Associação Industrial surge, bem como o manifesto. Refletia, portanto, uma tentativa de influenciar os trabalhos da comissão, mas também uma certa consciência, daqueles envolvidos com a atividade industrial, que seus interesses não estavam adequadamente representados pelas associações existentes naquele momento, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, e a Associação Comercial de 1834, fazendo-se necessário a criação de uma associação específica dos industriais.<sup>2</sup> Com a derrota desse grupo, nesse momento, a associação também perdeu seu sentido e praticamente deixou de existir. Apenas posteriormente, em 1904, surge uma outra entidade representativa dos industriais, o Centro Industrial do Brasil, resultado da fusão da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem.<sup>3</sup>

Nícia Vilela Luz leu o Manifesto como um documento básico que expressava “as idéias que animavam o movimento inicial em prol da industrialização” (p.67). Mas que também anteciparam e influenciaram os conceitos aprofundados depois pelos representantes do nacionalismo econômico, como Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correa. Leu, portanto, na perspectiva da formação da indústria e da economia nacional, visto como um processo marcado por avanços e recuos, e de superação de obstáculos que vão sendo aos poucos transpostos. Acompanha, nesse sentido, e sustenta a própria formação da nação. Mas ao ler o documento como antecedente de alguma coisa que veio depois, não se corre o risco de distorcer seu significado? Ou então, tomar um de seus aspectos como representante do todo? Não correríamos aqui o risco de projetar no passado uma realidade que embora

fosse uma de suas possibilidades, não estava previamente definida nele?

Mas o que expressa o texto do manifesto? Apenas a título de sugestão gostaria de apresentar um breve resumo seguido de alguns comentários sobre o documento. Começa com um convite, ou um chamado a união àqueles que no Brasil dedicavam-se à indústria, nascidos aqui ou não. A criação da Associação representaria um esforço na direção de institucionalizar essa união. Em seguida elenca as vantagens: a legitimidade moral e social dos interesses dos industriais, a saída do isolamento, o conhecimento mais objetivo das possibilidades presentes na realidade, a maior racionalidade na condução de seus negócios, trocas de experiências, relações pessoais e a conseqüente consciência dos interesses do grupo, constituindo então “uma classe distinta como cooperários da mesma função social”. Uma vez constituído o grupo e superado o isolamento, define-se o campo e os objetivos preferenciais da ação: o Estado é o campo, e uma política estatal de proteção a indústria é o objetivo. Não se trata da proposta de um partido político e nem tampouco de assumir o poder do Estado, mas tratava-se sobretudo da formação de um grupo de pressão em busca de políticas mais favoráveis a uma atividade específica da economia. Não temos aqui a elaboração de proposta de uma outra organização social e política, não temos um projeto de futuro alternativo, mas um reconhecimento do existente, dos dados da realidade, e a questão é como sobreviver nele. Passa em seguida a apontar o descaso do Estado com a indústria, com uma retórica que vai de expressões como “lamentável e criminosa incúria do governo” à “polar indiferença pública”, cujos resultados seriam um crescente descrédito e abandono da atividade industrial como campo de investimento. Mas a origem da postura estatal dependia da mentalidade e concepções dominantes nas elites dirigentes, avançava o manifesto. Nesse ponto, o documento faz uma avaliação dos grupos dirigentes lançando mão de argumentos e

<sup>1</sup> Sobre o caráter essencialmente fiscal das políticas aduaneira do Estado Imperial ver: VITORINO, Artur José Renda. Tributação, empreguismo e manufaturas da conformação do mercado de trabalho livre na Corte Imperial brasileira (1850-1864). In: *Humanitas*, v.4, n.2, ago-dez., 2001, pp.57-90.

<sup>2</sup> Informações mais detalhadas desse contexto e dos debates podem ser encontradas em LUZ, Nícia Vilela. *A luta industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, pp 49-66.

<sup>3</sup> Ver a respeito CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

críticas que caracterizarão o pensamento nacionalista até, pelo menos, os anos quarenta do século seguinte, ou seja, seu desconhecimento das potencialidades naturais e do povo brasileiro, sua mentalidade estreita e exclusivista, o artificialismo de suas idéias, o bacharelismo, a insistência em manter a economia nacional dependente de um único gênero de exportação, o café, sua despreocupação em estudar os dados concretos da realidade do país, seu imediatismo, “mais literatos do que homens de ciência”, conclui. Daí seu apego às idéias livres cambista e as preocupações vaidosas mais com as opiniões dos europeus sobre nós, principalmente dos ingleses, do que com o futuro dos país.

Após essa avaliação de conjunto dos políticos que controlam o Estado, o manifesto aponta os resultados efetivos de suas ações, isto é, a ilusão da independência política e a permanência da economia colonial. Nesse mesmo movimento, começa estabelecer uma associação entre a atividade industrial e a soberania nacional, entre indústria e projeto de futuro. Nesse ponto, o manifesto e Associação Industrial deixam de se colocar como expressão dos interesses de um grupo específico, mas propõe-se como expressão de toda a sociedade, da soberania nacional e do futuro. O argumento de reforço dessa idéia está na escolha dos Estados Unidos como modelo a ser seguido e imitado.

Embora o documento apresente uma postura aparentemente anti-doutrinária, e insista na defesa de uma postura mais prática e objetiva, não deixa de estar vinculado também a uma certa concepção cuja origem esta a obra dos mesmos teóricos liberais ingleses que tanto procura se afastar. A concepção segundo a qual a história humana é a manifestação de um desenvolvimento contínuo da capacidade de controle da natureza pelo homem mediante o progresso tecnológico, cujas etapas evolutivas iniciam-se na caça e coleta, passa para a agricultura e pastoreio, artesanato e comercio, para culminar na indústria, tem em Adam Smith, e na chamada escola escocesa<sup>4</sup>, seu pensador fundamental. Na realidade, os autores do manifesto habitam o mesmo universo mental, ideológico e social dos dirigentes estatais.

O restante do manifesto representa uma tentativa de apontar os desdobramentos dessa fusão que se apresenta como princípio orientador básico, ou seja, a indústria, a soberania nacional e a realização completa do projeto de independência. A primeira idéia é que sendo a indústria mais do que mera atividade econômica mas também e principalmente fator de soberania política, o Estado deve ampara-la. Primeiro porque o Brasil é um país novo, no qual a indústria nascente sofre a concorrência da produção de outros países que se encontram num estágio mais avançado do processo. O grau e os mecanismos dessa proteção devem ser uma decorrência do conhecimento exato da situação existente. A gestão do sistema financeiro e a política fiscal e alfandegária não podem visar apenas as necessidades do Tesouro. O Estado não pode ficar refém dos interesses dos importadores, como se constata, por exemplo, na lei de patentes. Na medida que o texto vai se aproximando do final, um tom mais conciliatório passa a dominar: “Não se pode, todavia, desconhecer os grandes méritos e o espírito patriótico das estadistas brasileiros. A sua boa fé está fora de questão. O que falta é o conhecimento exato das necessidades do país” (p.25). Nesse sentido, caberia à Associação Industrial todo um trabalho de esclarecimento e propaganda, desfazendo as avaliações equivocadas então vigentes sobre a indústria e transformando essa atividade num campo atrativo para os investimentos assim como o comércio de importação e exportação. Seria necessário combater a visão dominante segundo a qual o Brasil deve ser um país de economia exclusivamente agrícola; combater a afirmação de que o desenvolvimento das indústrias prejudicaria a agricultura provocando uma falta de trabalhadores; combater a idéia de que a proteção à indústria privilegia um grupo em detrimento dos interesses gerais da população, que pagariam mais pelos produtos industriais. Além disso, o texto insiste na importância do trabalho na indústria como mecanismo de moralização das populações urbanas que não se dedicam à agricultura: “a moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta polícia”. O Manifesto termina com um exemplo e uma comparação. Exemplo dos efeitos desastrosos da política governamental livre-cambista,

<sup>4</sup> Ver FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru/SP: Edusc, 1998, pp.79-98.

como a que levou à decadência da indústria de construção naval e da marinha mercante nacional. Comparação com países vizinhos, como Argentina e Uruguai, que apesar de inferiores em população e recursos já teriam organizado associações dos industriais demonstrando mais iniciativa que os brasileiros.

O documento abre possibilidades de discussão de vários problemas. Destaca-se a questão das tentativas e possibilidades do desenvolvimento da atividade industrial no século XIX no Brasil. Tema que foi objeto de debates entre autores como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Caio Prado Jr., João Manuel Cardoso de Mello, Nícia Vilela Luz, entre outros. As diferentes explicações fundamentam-se tanto em divergências conceituais, (uns falam em industrialização e outros em surtos industriais); mas também no que diz respeito a posturas analíticas distintas (uns centram suas explicações nas ações de indivíduos como Mauá, enquanto outros se referem essencialmente às condições sociais e econômicas nacionais e internacionais). Em relação aos fatores explicativos do fracasso das tentativas de consolidação da atividade industrial no período o debate gira em torno daqueles que atribuem à falta de uma política protecionista o principal obstáculo a indústria, ao contrário daqueles que enfatizam as restrições do mercado consumidor interno; de um lado aqueles que advogam uma oposição entre os interesses agrários e industriais e de outro aqueles que defendem um vínculo entre os dois setores, na medida que o capital cafeeiro tornou-se um fator fundamental para a indústria. Temos ainda um debate entre aqueles autores que privilegiam os efeitos negativos das crises financeiras da economia nacional sobre a atividade industrial e aqueles preocupados principalmente com os efeitos cerceadores que uma economia exportadora, escravista e voltada para o mercado externo, poderia representar não para a indústria somente, mas fundamentalmente para a industrialização, tomada então como um processo mais geral de montagem e desenvolvimento de um sistema econômico mais abrangente.

O documento permite ainda, apenas para mencionar, estudar as características e os procedimentos das várias facções que compunham as elites econômicas durante o Império, suas reivindicações específicas, suas visões de mundo, suas

relações, os mecanismos de pressão sobre os dirigentes estatais, seu poder de negociação e persuasão, seus argumentos, os conflitos e arranjos, etc. Permite ainda, analisar o modo como Estado estabelecia relações com esses grupos, ora convergindo, ora divergindo, e o modo como intervinha na dinâmica da vida econômica.

Cabe uma última observação. A visão expressa pelo documento corrobora a tese de que as razões impeditivas da industrialização estavam essencialmente na ausência de uma política protecionista por parte do Estado. Podemos, entretanto, sugerir uma distinção entre a visão que o documento manifesta e as condições concretas, sociais, econômicas, etc., em que tal visão torna-se possível. Não há nenhuma indicação de que o problema estava na vigência do regime de trabalho escravo ou, para ser mais preciso, no sistema econômico escravista dominante. Mas talvez seja essa ausência de crítica ao escravismo o elemento que demonstra os limites das reivindicações e ambições desses industriais. Este é o aspecto que transforma o documento num manifesto da indústria, porém não da industrialização. O mais curioso, nesse sentido, é que a justificativa maior, dado pelos protagonistas do Manifesto e da Associação Industrial, em troca do amparo do Estado está na capacidade e utilidade da atividade industrial em manter os segmentos da população urbana, não escrava, sobre alguma forma de controle mediante a disciplina pelo trabalho. A industrialização é um projeto de futuro. No plano imediato a indústria apresenta-se sobretudo como fator de estabilização da ordem escravista. Num outro texto divulgado pela Associação Industrial essa função da indústria aparece com muita clareza e penso que seria interessante cita-lo na íntegra. O trecho é o seguinte:

*É uma verdade axiomática – que as nações gozam de tanto maior paz interna, quanto menores são as necessidades do povo e quanto mais moralizado ele é?*

*Ora, que melhor e mais forte elemento para moraliza-lo do que o trabalho?*

*Nas fábricas, que são em miniatura a representação dos Estados, o operário está sujeito a uma disciplina rigorosa, que vai inoculando em seu espírito idéias de ordem e o hábito da obediência e respeito aos superiores.*

*Nas fábricas, que são o asilo das crianças e da mulher, a escola, em geral, está ao lado do trabalho.*

*Com a aquisição de meios de subsistência, encontra nelas o operário o pão do espírito. Tão necessário como o pão material.*

*Educado nestes princípios, o operário transmite-os a seus filhos, implanta no seio da família a mesma ordem e regularidade que aprendeu na oficina e na sua vida de cidadão respeita as autoridades constituídas como na de operário respeita seu patrão.*

*Ninguém dirá que cidadãos educados no respeito e obediência aos superiores se lembrem de perturbar a ordem pública: que homens, com recursos suficientes para satisfazer as necessidades indeclináveis da vida, se abalancem à prática de crimes contra a vida, honra e propriedade de seus concidadãos.*

*Formai a consciência do povo, fazei com que conheça seus direitos e seus deveres, dai-lhe meios de subsistência, ou em palavras – povoai as fábricas e oficinas e despovoareis as prisões.*

*O trabalho, fornecendo meios de acudir às necessidades da vida, gera nos indivíduos o desejo de melhorar de posição, de elevar-se acima do nível comum, e daí procede a emulação, mola real do progresso.*

*É, pois, incontestável que o trabalho é o único dique a opor aos desmandos do povo e o processo eficaz para conte-lo nos limites das conveniências morais e sociais.*

*Suprimi o trabalho e tereis a revolução. O espírito do povo é irrequieto, precisa, para estar sossegado, ter constantemente diante dos olhos alguma coisa que lhe prenda a atenção.*

*Panem et circenses era o específico empregado pelos imperadores romanos para conter o povo, empreguemos nós o pão e o trabalho.*

*O primeiro remédio enerva, o segundo dá ao povo a consciência de sua força.*

*Ora, se tais vantagens são por todos reconhecidas, porque não adotaremos o princípio da onde dimanam?*

*Não nos aconselho o nosso estado social, composto de elementos tão variados e antagônicos, que este é o caminho mais seguro para evitar conseqüências, que, por imprevidência nossa, em futuro mais ou menos próximo nos podem ser funestas?*

*Para conjurar a tempestade que nos ameaça, cumpre adotar desde já em nossa legislação aduaneira a teoria protecionista moderada, isto é, um ecletismo razoável.*

*Tais são os nossos ardentes desejos e os de todos quantos se interessam pela paz e tranquilidade do Império.*

*Permita Deus que eles sejam satisfeitos.<sup>5</sup>*

Finalizando a apresentação, gostaria apenas esclarecer que a escrita do documento a seguir foi atualizada de acordo com as normas vigentes.

## Manifesto da Associação Industrial <sup>6</sup>

Illmo Sr – A Associação Industrial, composta de industriais brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil, por sua Diretoria infra-assinada, convida a V.S. a inscrever-se como seu consócio.

Não há mister de longos detalhes para demonstrar a utilidade que pode advir desta instituição. Se a união é a força na ordem física, mais se evidencia esta verdade nas relações morais e sociais. O resultado

<sup>5</sup> *O trabalho industrial e seus adversários*. Rio de Janeiro, Typ. De G.Leuzinger & Filhos, 1881, pp.165-167.

<sup>6</sup> Documento retirado de *O trabalho industrial e seus adversários*. Rio de Janeiro, Typ. De G.Leuzinger & Filhos, 1881, pp.

positivo das associações desta espécie não é simplesmente a soma dos esforços individuais, mas a multiplicação das reações coletivas, provenientes da discussão e escolha dos meios de progresso, do conhecimento das necessidades e deficiências de cada um, auxiliados pela energia e inteligência de todos.

A defesa eficaz dos direitos legítimos que poderiam ser conculcados isoladamente, acresce o estudo das leis econômicas, que regem os fatos, indicando o bom caminho do progresso e apartando deles as utopias e desvios insensatos, a conciliação dos interesses confessáveis que evita as lutas apaixonadas e mutuamente ruinosas, substituídas pelo estímulo do trabalho e nobre emulação do aperfeiçoamento com o contraste e utilização das descobertas científicas e habilidades na execução dos planos.

Da troca de idéias teóricas, conhecimentos experimentais e noções profissionais de cada um brotam fontes de informações que centuplicam as forças produtoras da indústria e que seriam, aliás, inacessíveis às cogitações isoladas de qualquer indivíduo por mais especial e inteligente que seja.

Outra grande vantagem intuitiva de nossa associação será o cultivo das relações pessoais entre cidadãos constituindo uma classe distinta como cooperários da mesma função social. Desnecessário é encarecer a utilidade desse resultado e quando convém-nos criar um centro de reunião de nossas forças.

O isolamento em que vivemos, desconhecidos uns dos outros, é uma das principais causas da lamentável e criminosa incúria do governo do estado no tocante à indústria brasileira. Como todos os fatores da riqueza pública, porém, muito mais do que qualquer outro, tem ela se desenvolvido quase absolutamente sem direção nem auxílio do centro governativo, quase ignorada e às vezes até ridicularizada pelos homens políticos. Só se manifesta a ação do governo pelas pesadas contribuições a nós impostas para ocorrer às despesas públicas distribuídas exclusivamente às outras classes sociais.

De tempos em tempos um ato desastrado dos altos poderes do Estado, com o fim de obter de pronto algumas migalhas para o Tesouro, vem ferir, talvez de morte, esta ou aquela indústria que prosperava. O

clamor das vítimas raras vezes rompe o silêncio polar da indiferença pública e o ministro, cuja mão vibrou o *hábil* golpe financeiro, digna-se atender às queixas, o que não é comum, responde com epigrama banal extraído dos códigos metafísicos do arteiro *livre cambio*. E é tudo. A opinião não ousa contradizer o oráculo: ao industrial assim lesado só resta retrair-se quase envergonhado, como um réu a quem a polícia previdente interceptou os meios de prejudicar a comunidade. Também de ordinário a correção é salutar: o cidadão curado de sua *mania industrial* busca outra profissão mais consentânea com a *harmonia social* do país, empregando-se por exemplo, em uma casa de importação estrangeira e colocando dali em diante suas economias à salvo nas sagradas apólices de 6%!

Os homens incumbidos há 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil só se têm ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre sem resultados positivos de progresso. Nelas consome-se a atividade nacional que deveria empregar-se na concorrência industrial com os outros países, criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente.

Por isso o Brasil, a despeito de tantas vantagens naturais e tantos recursos para o desenvolvimento progressivo de um grande povo, vê tristemente fugirem de suas plagas as levas espontâneas de homens laboriosos transbordados constantemente da Europa. Por outro lado o *absenteísmo*, a emigração dos capitães, atuando como uma torrente esterelizadora que lava o húmus do solo, prepara a consumação lenta, cujos efeitos se farão sentir em todo o organismo social á menor perturbação econômica. Basta uma baixa no valor ou na produção do nosso quase único gênero de exportação para determinar uma crise de conseqüências incalculáveis.

Cruzar os braços, confiando *no calor e na humidade*, desertando da guarda dos interesses do futuro, não é por certo compreender a alta missão de um governo nacional e patriótico.

A nós coube nos decretos da Providencia a exploração do café, as gerações futuras procurem o que lhes for mais proveitoso. Tal é em síntese o

pensamento egoístico, mas sincero, digamo-lo, de muita gente que alardêa bom senso prático.

Outras, porém, devem ser as idéias em circulação nas regiões do governo.

Essa beatitude fisiocrática é sem dúvida muito cômoda. Ela dispensa a enfadonha tarefa do estudo dos fatos, os minuciosos inquéritos sobre a condições especiais do país, o exame dos recursos econômicos, das aptidões individuais, da viabilidade das empresas e dos auxílios a prestar aos diversos empregos da atividade industrial, etc. Para que fundar edifícios, cujo complemento pertence ao futuro, plantar árvores, cujos frutos outra geração colherá, porque tal será em grande parte o resultado da educação industrial!?

É muito mais simples adotar a política da indiferença para *não perturbar o livre exercício das forças naturais*, estatuir *à priori* leis gerais absolutas com a ingênua pretensão de reger os fatos, sem curar de sua relatividade, firmar enfim em bases imutáveis uma ciência do futuro, *wagneriana*, sobre a hipótese da igualdade de todos os homens, de todas as aptidões. Essa economia política *absoluta* tem ainda a vantagem de vigorar tanto na Inglaterra como no Brasil, na França como na China!

Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida nas Academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos, mais literatos do que homens de ciência.

A opinião livre cambista do Brazil não se estriba somente na defetividade do estudo e na miragem sedutora da teoria: há outro ponto de apoio e mais perigoso porque mais altamente se acha. É a vaidade, é a captação feita pelos aplausos pérfidos da opinião dos países industriais interessados em manter-nos na sua dependência como consumidores tributários de suas oficinas. Sem esses mercados consumidores como poderiam eles dar saída aos productos industriais que sustentam sua população operária?

Ainda há poucos dias dizia o correspondente ingles do *Jornal do Commercio*: “Nada sabemos da política interna do Sr. Saraiva, mas não podemos deixar de aplaudi-lo com entusiasmo depois da sua declaração de anti-proteccionista”.

Tem razão o *nosso amigo* Sr. Clark. Emquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor a Inglaterra

continuará a explorar-nos como consumidores: aliás em vez dos seus productos fabricados teria de exportar-nos seus operários e seus capitães.

Aquela nação, depois de avigorada em um regime *quase proibitivo* por séculos, que possui uma população educada na escola da indústria altamente protegida e fora de concurso, é hoje a grande pregoeira do livre-câmbio. Por isso considera-se lá atrasados em civilização os Estados Unidos da América do Norte que firmam sua riqueza no regime protetor, trilhando o caminho antigo da metrópole e por isso atraindo para seu seio e assimilando uma perene imigração de operários e pequenos capitalistas.

Á sombra da bandeira estrelada, entretanto, têm eles desenvolvido uma actividade industrial que já excede o consumo interno e expande-se em correntes de exportação. E conquanto seus productos concorram já em todos os mercados com os dos países mais industriais, nem por isso julgam os americanos do norte prejudicial esse sistema protetor ao qual, mais ainda do que ás suas libérrimas instituições, devem o progresso material de sua nação.

Debalde se oferece á nossa imitação o quadro brilhante da prosperidade americana. O Brasil não perde de vista a platéia da Europa. Daí a política anti-americana aqui trilhada em todas as relações exteriores, o sistema econômico que arruinou a nossa marinha mercante e paralisa a indústria nacional, prolongando-se o regime colonial apesar da vã solução de continuidade de 1822.

Com efeito, para um pais exclusivamente agrícola e produtor de matérias primas, que revertem-lhe manufacturadas pelo duplo de seu valor de exportação, recebendo da indústria estrangeira todos os seus artigos de consumo, não é uma ilusão a independência política?

Não é o Brasil uma simples feitoria comercial e colonial explorada pelos traficantes europeus que com raras excepções nem se fixam em seu solo, nem se identificam com seus interesses?

Essas preocupações hão de assaltar um dia o espírito patriótico dos estadistas brasileiros. Será necessário que um bloqueio dos nossos portos patenteie a deficiência do pais e que essa terrível necessidade seja a lição dolorosa da nossa escola industrial?

Urge levantar uma energética propaganda e chamar a atenção do governo e do povo para estas questões.

Eis um dos fins da nossa Associação.

Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerram em seu seio. A moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta polícia. A produção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar. O exemplo da preferência dos produtos indígenas aos exóticos, em caso de igualdade, é um ato de bom senso patriótico praticado invariavelmente por todos os governos.

O equilíbrio entre a produção nacional e a importação estrangeira, está, porém, principalmente no regime aduaneiro. Não é um protecionismo a todo o transe o que nos convém: toda a prática baseada em regras invariáveis e absolutas é absurda.

É necessário bom senso e critério esclarecido nas medidas a tomar. Para isso faz-se preciso um conhecimento exato do estado do país, da vitalidade dos seus gergens industriais e muitas outras circunstancias.

Faltar a proteção, porém, não é coisa tão detrimetosa á evolução industrial como as perturbações econômicas oriundas do nosso péssimo sistema financeiro. Quando só se sabe achar recursos para as despesas públicas, aliás executadas sem fiscalização séria, nas emissões de títulos de renda alta que absorvem os capitais necessários ao desenvolvimento da riqueza publica e nas combinações das tarifas fiscais das alfândegas, para isso constantemente alteradas com o maior desaso, condena-se um ambiente em que é impossível a cultura industrial.

Só um parlamento como o do Brasil, sem representantes das classes produtoras, poderia adotar sem *exame* o aditivo, que transitou com a lei do *Orçamento* no ano passado, mandando reformar a tarifa das alfândegas, *alterando os valores oficiais dos objetos importados, proibindo em todo o caso o*

*argumento (mas não a diminuição) na porcentagem ou razão dos direitos fiscais!*<sup>7</sup>

É pois uma reforma protetora da importação e com o fim único de aumentar a cifra dos maquiavélicos impostos indiretos á custa da indústria nacional. A concorrência que as fábricas brasileiras fazem às estrangeiras no fornecimento dos gêneros de consumo irrita o fisco e provoca essa medida antipatriótica!

Contra essa lei só ergueu-se na Câmara dos Deputados a voz do Presidente da Associação... Por outro ato patenteia-se a tendência fatal e obnoxia dos estadistas brasileiros em relação á industria nacional. A Câmara dos deputados aprovou um projeto do ministério da Agricultura sobre patentes de invenção, consignando a garantia do privilégio aos produtos industriais fabricados no estrangeiro, o que equívale, nada mais nada menos, á concessão de monopólios de importação. Ora, dadas as circunstancias do país, é claro que essa medida determinará a fundação das empresas privilegiadas fora do Brasil onde a mão de obra é mais barata e todas as despesas de fabricação menores.

Esta inovação, repelida terminantemente na lei francesa, só teve contra si a oposição do Presidente desta Associação e a de um outro deputado!

Que importam porém os inconvenientes da lei, se ficará o Brasil mais *livre-cambista* do que a *atrasada* França!

Não se pode, todavia, desconhecer os grandes méritos e o espírito patriótico dos estadistas brasileiros. A sua boa fé está fora de questão. O que falta é o conhecimento exato das necessidades do país.

Imcube portanto a todos os bons cidadãos aqui residentes, cada um na esfera de sua atividade, concorrer para a elucidação dos problemas econômicos e sociais.

Pesado é o fardo que a nossa Associação toma em seus ombros. Basta considerar algumas de suas dimensões: a liga dos interesses contrários alentados no regime em vigor, a vaidade pretensiosa de alguns estadistas, as convicções sinceras de outros educados na escola dos sofismas especiosos dos Bastiat, a impenitência dos que concorreram para essa falácia de

<sup>7</sup> Note-se que os valores oficiais para a fixação da porcentagem dos direitos são os do mercado consumidor e não os do produtor.

um liberalismo oco e sonoro sacrificando até o instinto de conservação nacional.... estes e outros óbices se nos hão de antepor.

Basta refletir que o capital, por natureza desconfiado, preferindo explorar o presente a salvo, prestes a emigrar quando surgem nuvens no horizonte, não procurará a indústria enquanto perdurar este regime precário: aí esta o comércio de importação e de exportação a oferecer-lhe sempre pronta liquidação.

Teremos campanhas enfadonhas como a que se nos antolha nas contradições dos que, antevendo a próxima crise do trabalho no Brasil, anelam a extinção rápida do braço escravo e alistam-se nas bandeiras *livre-cambistas!*

Suportaremos os paradoxos dos que lastimam a baixa de preço do quase único gênero de exportação, apesar da queda do câmbio, o que indica excesso de produção sobre o consumo e persistem inconseqüentes em proclamar que o Brasil deve ser exclusivamente agrícola, isto é, plantador de café.

Ouviremos dizer que o desenvolvimento das forças industriais prejudicará a agricultura, subtraindo-lhe os braços já insuficientes... Como se todos os habitantes de qualquer país pudessem se empregar exclusivamente no mesmo gênero de trabalho e se a indústria, pelo contrario, não preenchesse os ofícios de utilizar exatamente os inaptos para a agricultura e de dar valor aos produtos do solo.

Ainda clamarão (e é o argumento predileto) que da proteção á industria só resultará obrigar o consumidor agrícola a manter uma classe, pagando os seus artefactos por preço mais alto do que os similares do estrangeiro. Responderemos: 1º que os tais productores-consumidores agrícolas serão obrigados em qualquer hipótese a alimentar os incapazes ou refratários á vida agrícola que os exploram por todos os modos. Ora mais vale sustentar trabalhadores, que retribuem hoje pouco, amanhã assaz, do que vadios e parasitas e mesmo certos intermediários inúteis; 2º que a concorrência das fábricas nacionais compensa bem depressa pelo aperfeiçoamento dos operários uma grande parte desse inconveniente, baixando os preços até o nível dos da indústria estrangeira. Podem prova-lo fatos nossos, além dos que tão eloqüentemente

exibem os Estados Unidos. Aí os produtos industriais já excedem o consumo e exportam-se largamente.

Nem precisamos apelar para as vantagens futuras da educação industrial, para a moralização pelo trabalho e outros altos interesses do Estado, muito superiores a qualquer incômodo presente.

Com efeito: as nações são organismos solidários prolongados no tempo e no espaço e se podemos hipotecar a fortuna dos pósteros, contraindo empréstimos e garantindo juros a empresas de longo prazo para utilidade presente e desenvolvimento futuro, devemos em troca suportar encargos para melhorar a sorte dos vindouros. Essa compensação devemos-lhe.

O sofisma dos nossos adversários é aliás cediço. Uma de suas conseqüências falazes foi a ruína da cabotagem nacional com a ilusão dos fretes baratos. A extinção dessa escola de marinha mercante obrigou-nos a suportar um orçamento de marinha de guerra onerosíssimo que nem assim a substitui. Efetivamente perdida a nossa esquadra em um desastre naval que meios teremos de refaze-la de pronto? Como improvisar marinheiros com a longa e difficil educação e ginástica necessária? Só nos restará o triste e perigoso recurso de mercenários estrangeiros!

Por outro lado os fretes caros da cabotagem nacional que eram pagos pelos consumidores especiais foram substituídos pelas pingues subvenções ás companhias de navegação *nominalmente nacionais*: ora tais subvenções e o orçamento de marinha de guerra são pagos por todos os contribuintes. Assim, ao contrário do que se esperava, concorrem todos para o melhoramento de alguns! Ferem-se nossos adversários com suas próprias armas.

Eis uma das conseqüências da metafísica teórica do cosmopolitismo.

Á Câmara dos Deputados pedimos que se *equiparassem* ao menos as condições da cabotagem nacional e estrangeira, obrigando esta a pagar como aquela os direitos aduaneiros dos gêneros de consumo... Ainda ficavam ao estrangeiro as vantagens da educação marítima e dos salários menores da equipagem. Foi indeferido o nosso requerimento.

E chamam-se *livre cambistas* os que assim se mostram realmente *protecionistas* ... do estrangeiro!

Eis a nossa posição.

Como V. S. vê são muitos e complicados os problemas de que com vantagem nossa e utilidade do país nos podemos ocupar.

Será suficiente a afirmação enérgica de nossa existência e de nossas forças para que se melhore alguma coisa nos nossos interesses. Quem dorme não tem direitos, dizem os juriconsultos.

Os benefícios prestados por associações desta ordem são manifestos em todos os países. Para não ir mais longe citaremos as duas repúblicas platinas onde funcionam instituições como a nossa, com as quais já estamos em relações, possuindo imprensa própria,

promovendo exposições e outros meios de propaganda e estudo.

É vergonhoso que o Brasil, ainda nesta raia esteja distanciado por duas nações tão inferiores em população e recursos.

**De V. S.<sup>a</sup> Amigos e Cr. Obr.**

*Dr. Antonio Felício dos Santos*, Presidente.  
*Manoel Diego Santos*, 1. Vice Presidente.  
*Francisco Antonio Maria Esberard*, 2. dito.  
*Henrique Lenzinger*, 2. Secretário.  
*João Gomes Pereira*, Adjunto.  
*Antonio Gonçalves de Carvalho*, idem.  
*Francisco Marques da Costa Braga*, Thesoar.